

Povos Indígenas no Brasil

Fonte

isto é

Class.:

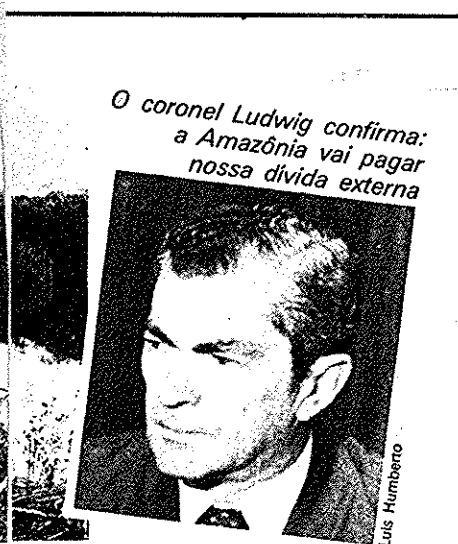
AM- Dlamata/2

Data

17.01.79

Pg.:

19



AMAZÔNIA

Apesar dos poetas, as árvores tombarão

Imagem: o IBDF pode virar o mocinho da história

Luiz Artur Toribio

Como no tempo da conquista da Lua, até os poetas já deliram sobre a ocupação da Amazônia: "Salvar a selva do lucro louco/O lucro que se tem com a mata/Produz o louco que se tem com o lucro/O lucro que se tem com a mata/Mata o uso que se faz do lucro". Eis alguns dos versos de um poema ecológico do repórter Tete Catalão, publicado pelo jornal *Correio Braziliense*. Provavelmente, daqui para a frente, surgirão mais e mais manifestações artísticas, culturais, políticas, ecológicas e até mesmo marchinhas e sambas-enredos sobre o tema para o próximo carnaval.

É um verdadeiro maná, um excelente sinal de debate sadio. Afinal, o Palácio do Planalto, via coronel Ludwig, reconheceu, terça-feira passada, que o governo Geisel realmente deixará como uma das principais heranças para o governo Figueiredo — leia-se ministros Delfim Netto e Mário Andreazza — uma série de subsídios que permitirão a "ocupação racional e oficial" da Amazônia. Que, diga-se de passagem, não é peça de museu.

Pronto — o destino da Hiléia, templo da humanidade há mais de 30 milhões de anos, foi traçado por uma nota oficial conjunta dos atuais Ministérios do Interior e Agricultura. Ao

nível oficial, não se discute mais se a opção é usar ou não usar a floresta. Discute-se, sim, como usá-la, da melhor e mais rentável forma possível.

Guerra fria. No centro desse debate ao nível técnico — uma verdadeira guerra fria — encontram-se duas posições: a da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, que pode ser simplificada como a que defende a criação de doze áreas florestais para exploração econômica, num total de 40 milhões de hectares, ou seja, 1/7 da floresta. As "florestas de rendimento", segundo a nota oficial do governo, seriam administradas pelo Estado e encaminhadas às empresas madeireiras cujos projetos, devidamente analisados pelos órgãos competentes, fossem julgados de interesse para o desenvolvimento regional.

Ora, dizem os técnicos do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, que defende outra proposta, em primeiro lugar, os estudos da Sudam, baseados em levantamentos feitos pela perita Clara Pandolfo a partir de 1971, já estão completamente superados, em termos de levantamento florestal, pelas análises do projeto Radiumbrasil. Então, as áreas florestais mais indicadas para exploração econômica no início da década de 70 certamente já não serão as mesmas hoje, graças às imagens de radar. Além disso, alega-se também que abrir doze áreas numa só cartada seria um risco catastrófico, além de ser um convite irrevogável à gula das multinacionais.

Planos pilotos. Já a posição do IBDF é, pelo menos, mais modesta: quer criar um ou dois projetos (o da Floresta Nacional do Tapajós já está definido, enquanto outro seria provavelmente no Alto Amazonas, na região do Juruá, onde a Petrobrás descobriu petróleo) de "demonstração piloto industrial". O projeto Tapajós foi encomendado pelo governo brasileiro à Organização para Agricultura e Alimentação (FAO) da ONU. Vieram ao Brasil 21 especialistas internacionais em floresta tropical, que ainda receberam a colaboração de 30 pesquisadores e técnicos brasileiros de diferentes instituições oficiais, universitárias, de pesquisa, além de empresários da iniciativa privada.

Este acordo concluiu pela "pré-viabilidade" do projeto. A elaboração final do documento da FAO — quatro relatórios de 90 páginas cada — foi realizada em Roma, juntamente com representantes da Presidência da República e dos órgãos envolvidos na operação. Por isso, os estudos não são de nível tão inicial, tão primário assim, como dá a entender a nota oficial divulgada na semana passada. Além disso, decisões já foram tomadas na esfera ministerial, pois a Seplan e o Ipea aceitaram a indicação da FAO em favor da "pré-viabilidade" e já existem técnicos trabalhando em estudos de "viabilidade prática".

Sertão. Um documento, intitulado "Plano de Manejo Detalhado da Floresta Nacional do Tapajós", está sendo elaborado em Belém. Seu objetivo é responder, ainda que de forma teórica, ao grande desafio da ocupação racional do Amazonas: será possível replantar as árvores retiradas? Há capacidade de regeneração? É viável remanejar as matas amazônicas? Como? Há realmente o perigo de todo aquele museu de natureza virar deserto, sertão, secura?

"De sã consciência", afirma um técnico do Ipea, "ninguém, mas ninguém mesmo, pode dar respostas a

essas perguntas". Ou melhor: está, isso sim, comprovado que, retirando-se madeira na marra, a mata morre. Mas nem a empresa privada nacional do setor madeireiro, nem as multinacionais, nem a FAO, nem tampouco o governo brasileiro têm *know-how* de manejo, de utilização racional dos recursos, de replantio, de conservação — ou seja lá o nome que for — em florestas tropicais úmidas e densas como a amazônica, gigantesca e única. Eis aí a grande incógnita da questão. E é neste ponto que se sentem no dever, e na obrigação louvável de opinar, os naturalistas, os ecólogos. Cientistas de toda natureza. Bêbados e poetas.

Amazônia tem preço? Os problemas a resolver e a equacionar nesta seara são tantos, tão intrincados e complexos, que valeria a pena fisgar logo a questão fundamental: afinal, a ocupação da floresta teria mesmo como objetivo pagar ou amortizar a nossa dívida externa, que já anda pela casa dos 40 milhões de dólares? Outra resposta de caráter dúbio: sim e não. Sim, porque em todos os estudos de nível técnico há cálculos e indicações concretas a respeito.

A perita Clara Pandolfo, por exemplo, diz no seu trabalho *A Floresta Brasileira, Enfoque Econômico-Ecológico* que "é preciso que o Brasil procure mobilizar esse vasto *capital inativo* (grifo nosso), dando-lhe sentido econômico, através do desenvolvimento e da racionalização das atividades madeireiras. A Amazônia, se organizar a sua produção, terá condições de tornar-se, nas próximas décadas, um grande centro produtor para o mercado mundial, liderando o comércio internacional de madeiras tropicais". Também o resumo do documento-proposta da FAO, liberado em inglês, pelo Palácio do Planalto, fala explicitamente na "oportunidade de expandir mercados externos melhorando o balanço de pagamentos".

Erosão. Se alguém tiver a pachorra de fazer os cálculos na ponta do lápis, certamente chegará à conclusão de que, de fato, com tal exuberância tropical, dá para pagar a dívida externa e ainda sobra troco. Mas a floresta não é como a Light, que se compra ou vende de uma só vez e pronto. Além disso, especialistas têm chamado a atenção para o fato de que o grande problema na ocupação da Amazônia não está na mata, mas no solo. A camada fértil possui apenas alguns centímetros de espessura e, sem a cobertura vegetal, vai ser tragada pela erosão. O presidente do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Warwick Kerr, já confessou que essa perspectiva o deixa simplesmente "apavorado".